

Quando mães e jovens levantam a voz contra um genocídio¹

Autora: Rafaela Pereira LIMA²

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social
da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resumo

O artigo discute os processos de coletivização e de construção de condições de publicidade para a causa do enfrentamento ao genocídio da juventude negra no Brasil. Realiza tal discussão ao caracterizar e analisar duas redes de mobilização social: uma constituída por mulheres que perderam filhos ou outros familiares jovens assassinados e outra integrada por coletivos e movimentos juvenis. Contextualiza o problema social enfrentado, que engloba a exclusão social, a violação de direitos e o assassinato em massa de jovens negros e pobres no país. Tece considerações acerca do horizonte ético da mobilização social construída – a atribuição de valor à vida jovem negra –, e de modos como mulheres e jovens, ao falarem publicamente da dor extrema relacionada à perda de filhos, familiares e amigos, buscam fazer com que a valorização de tais vidas seja percebida como uma causa de interesse público.

Palavras-chave: Mobilização social; comunicação para a cidadania; direitos das juventudes; movimentos sociais.

1. Apresentação

O presente artigo tem o objetivo de discutir processos de coletivização e de construção de condições de publicidade para a causa do enfrentamento ao genocídio da juventude negra no Brasil. Para tal, utiliza informações e discussões levantadas pela autora ao longo de ações iniciais de pesquisa de Doutorado sobre o tema, realizada no âmbito do Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da UFMG.

A pesquisa, cujo título provisório é “Gritar e chorar em público pelo valor da vida jovem: a mobilização social frente ao desafio de coletivizar a dor”, é empreendida desde o segundo semestre de 2018, com orientação do Prof. Dr. Márcio Simeone Henriques, e abrange duas redes que atuam no enfrentamento ao genocídio da juventude negra: 1) a rede “Mães de Luto e Luta”, constituída por mulheres, moradoras da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) que tiveram filhos ou outros familiares jovens assassinados, bem como por coletivos e entidades que

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² É jornalista, mestre em Ciência da Informação e doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Integra o Grupo de Pesquisa Mobiliza/UFMG. É também uma das fundadoras da ONG de comunicação para a cidadania Associação Imagem Comunitária (AIC), nascida de ações de extensão em comunicação comunitária realizadas pela UFMG nos anos 1990.

promovem tal causa em outras localidades e apoiam as atividades das mulheres de BH; 2) o Fórum das Juventudes da Grande BH, que reúne grupos, coletivos e entidades da RMBH que atuam na defesa dos direitos juvenis.

O desenho metodológico da pesquisa conjuga levantamento e análise do acervo de documentos (como atas, anotações, fotos, registros videográficos, peças de comunicação) das duas redes; observação participativa das reuniões e dos eventos de mobilização social promovidos pelas duas redes; entrevistas semi-estruturadas e grupos focais com integrantes das duas redes; pesquisa bibliográfica. É importante mencionar o caráter embrionário da investigação: o levantamento e a análise do acervo documental, bem como a pesquisa bibliográfica, tiveram início em 2018; já a pesquisa de campo (primeiras observações participativas e entrevistas) começou a ser realizada em 2019.

2. Considerações sobre a comunicação em processos de mobilização social

Desde os anos 1990, o genocídio da juventude negra vem sendo denunciado por grupos e redes de mulheres de diversas partes do Brasil, que perderam filhos e outros familiares assassinados de forma violenta por facções criminosas, milícias e forças policiais. Essa denúncia também é uma pauta central dos movimentos de juventudes³ brasileiros do século 21. Esses dois movimentos, originados sobretudo das periferias dos grandes centros urbanos, são constituídos por pessoas que convivem, de forma direta e cotidiana, com o assassinato de jovens negros.

Henriques (2018), a partir do pensamento de John Dewey, indica que essa é a dinâmica de constituição dos públicos: ao se perceberem afetados por um problema em comum e reconhecerem a afetação que os une, os sujeitos se constituem num público e instituem um processo mobilizador: a projeção de sua problemática como uma questão de interesse público.

O alicerce da mobilização social é, portanto, um processo de coletivização: um deslocamento da percepção individual para a percepção coletiva de um problema em comum, a compreensão compartilhada de que o problema afeta a sociedade como um todo e, finalmente, a articulação de um público em torno de tal problema e da busca por perspectivas de superação do mesmo. Esse movimento é sempre incremental: como o problema enfrentado diz respeito à sociedade, é preciso dar ampla visibilidade e envolver cada vez mais públicos na busca por soluções para ele.

Evidentemente, um elemento chave desse processo é a construção de entendimentos em comum sobre a situação problemática, as causas da mesma e as possíveis ações coletivas para enfrentá-la – sobre qual é a causa de interesse público defendida, enfim. Tal construção se dá no seio de uma controvérsia: de um contexto de disputa de sentidos.

³ Juventudes, no plural, sinaliza a diversidade de modos de experimentar a condição juvenil e é, por isso, um termo utilizado tanto pelos movimentos do campo quanto pelos principais pesquisadores do tema no Brasil (cf DAYRELL, 2003, p. 42).

Henriques (2012) indica que a causa é configurada por e configura a formação de públicos. Trata-se de um processo vivo, dinâmico: os públicos estão sempre em movimentação, em interações comunicativas que configuram, atualizam, reformulam e criam condições de publicidade – de expressão pública – de causas sociais.

Nesse contexto, os esforços de um processo de mobilização se voltam à construção de condições de publicidade para a causa defendida. Henriques (2018) lembra que tal construção envolve desde tornar dados básicos sobre o problema acessíveis publicamente até a construção de um entendimento social de que a causa em questão tem um caráter de generalidade – concerne a todos e, portanto, deve mobilizar a sociedade como um todo.

A seguir, buscaremos caracterizar o problema e a causa social do enfrentamento ao genocídio da juventude negra e, em seguida, discutir processos de coletivização e de construção de condições de publicidade para tal causa.

3. Jovens marcados para morrer

3.1. O fenômeno do genocídio

O Atlas da Violência, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), informa que mais de 325 mil jovens (pessoas com idade entre 15 e 29 anos) foram assassinados no Brasil entre 2006 e 2016 (IPEA, 2018) – quase sete vezes o número de soldados americanos mortos em ação em 20 anos da Guerra do Vietnã.

Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no país, sendo 75,5% deles pretos ou pardos (IPEA, 2019). Ou seja: 27.016 jovens negros foram vítimas de assassinato em nosso país naquele ano – um a cada 20 minutos.

De acordo com o Atlas, essa tragédia tem implicações na saúde, na dinâmica demográfica e no processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil. A publicação destaca que um dado emblemático é que o homicídio é a principal causa de mortalidade da juventude masculina no país, hoje.

Diante dessas estatísticas, os autores do Atlas avaliam que “a desigualdade racial no Brasil se expressa de modo cristalino no que se refere à violência letal e às políticas de segurança” (IPEA, 2018, p. 39).

Por todos esses aspectos, diversos movimentos sociais e especialistas em segurança pública enquadram as mortes violentas em larga escala de jovens negros pobres como um genocídio – como um processo de assassinato em massa de um segmento populacional específico.

Vale mencionar que os homicídios em massa são uma das faces de um complexo contexto de exclusão social, violação de direitos e vulnerabilidade à violência enfrentado por esse segmento

da população. Nesse contexto, a questão racial é decisiva: a raça é um elemento fulcral na conformação das desigualdades sociais e das barreiras ao acesso a direitos. Segundo o IBGE⁴, os negros constituem 53,6% da população brasileira e são também o maior contingente de pobres: três entre quatro pessoas negras ou pardas estão entre os 10% mais pobres do país.

A questão racial se mostra muito evidente, também, nos dados relacionados ao sistema penal. O diagnóstico “Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil”, publicado em 2016 pela Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, mostra um quadro de encarceramento massivo da juventude negra. Segundo a publicação, homens negros na faixa etária de 18 a 24 anos representam mais da metade da população carcerária brasileira e a grande maioria deles (88%) não cometeu crimes contra a vida, mas sim delitos, em geral de pequena monta, de cunho patrimonial e/ou relacionados a drogas.

Todos esses dados indicam que os jovens negros pobres são muito mais vítimas do que autores da violência – inclusive da violência homicida – no Brasil.

3.2. O fenômeno da “vida matável”

Pesquisas da Universidade Federal do Rio de Janeiro coordenadas por Paulo Vaz de 2004 a 2016 (VAZ, 2007, 2010 e 2016)⁵ chamam a atenção para a cultura do medo contemporânea e apontam a identificação entre sofrimento, crime e medo como uma construção que, na narrativa jornalística brasileira, remonta aos últimos 30 anos. Vaz, Cardoso e Félix (2012) avaliam que, nos noticiários dos anos 1980, o sofrimento era apresentado às audiências como algo injusto e inadmissível, diante do qual se convocava a política da piedade: a ideia de que era preciso agir para reduzir o sofrimento dos infelizes (as vítimas da fome, por exemplo). Mais ainda: circulava na mídia até mesmo a percepção de que a felicidade de poucos se daria às custas do sofrimento dos pobres, explorados; uma conexão com a ideia de injustiça social, de sofrimentos evitáveis, e uma crença de que uma ação política seria capaz de suspender o sofrimento das vítimas.

Contudo, os autores indicam que, a partir dos anos 1990, a atenção do jornalismo é deslocada para outros tipos de sofrimento: “não mais eventos vinculados à estrutura social, mas acontecimentos que ocorrem no espaço público com seleção aleatória de vítimas: crimes, catástrofes naturais, epidemias e acidentes” (VAZ, CARDOSO e FELIX, 2012, p. 35).

Emerge a narrativa do risco: um evento virtualmente possível, mas que pode ser evitado. É necessário, portanto, focar em sua prevenção. O foco recai, sobretudo, no risco de ser vítima da

⁴ Dado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014, realizada pelo IBGE. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000024052411102015241013178959.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

⁵ Consideramos aqui as seguintes pesquisas da UFRJ, coordenadas por Vaz, sobre o tema: “O discurso do risco na mídia”, desenvolvida de 2004 a 2007; “Mídia, risco e sofrimento”, empreendida de 2007 a 2010; “Risco, portador e vítima virtual”, realizada de 2010 a 2016.

violência criminosa. Junto com tal risco, é construída uma imagem do agressor – o bandido, o traficante – que é o ser monstruoso que vitimiza o indivíduo de classe média que vivia sua rotina de “homem de bem”. A pobreza deixa o enquadramento que a situava no âmbito da desigualdade e da injustiça e passa a representar a ameaça, o risco.

Analisando o contexto da cidade do Rio de Janeiro, as mencionadas pesquisas correlacionam o aumento de notícias sobre crime, desde os anos 2000, e a tolerância social ao exponencial aumento dos ‘autos de resistência’⁶ no mesmo período. Segundo tais estudos, a raiz do fenômeno é a simplificação moral envolvida na lógica da vítima virtual: “toda vez que nos percebemos em risco que não escolhemos correr, atribuídos a um outro monstruoso, parece não haver problema ético em aceitar a violência contra ele” (VAZ, CARDOSO e FELIX, 2012, p. 40).

Com base em tal simplificação, instaura-se uma “política do medo”, que alimenta um “populismo do medo”: dá sustentação a políticas anticrime que desumanizam todo aquele que virtualmente nos põe em risco e se baseiam em princípios associados ao recrudescimento da violência, como o endurecimento da legislação penal, o armamento da população, a ênfase na ação repressiva de polícias munidas de aparatos de guerra e de “licenças para matar”⁷.

A reflexão dessa simplificação moral e das consequências de tal simplificação se conecta à do filósofo Giorgio Agamben (2012), para quem vivemos sob o jugo de um Estado pretensamente democrático, mas que, sob o pretexto de combater inimigos da ordem pública, sistematicamente suspende os direitos dos cidadãos – assumindo, de forma recorrente, a configuração de Estado de exceção. Pedro Estevam Serrano, estudioso de Agamben, lembra que a principal justificativa utilizada para a perpetuação do Estado de exceção ao longo da História é “o combate à figura do inimigo, que ameaça a sobrevivência do Estado. É a pretexto de exterminá-lo que se suspendem, ‘temporariamente’, os direitos da sociedade” (SERRANO, 2016, p. 20).

Agamben, para caracterizar os sujeitos enquadrados como “inimigos da ordem”, utiliza uma figura do direito romano arcaico: o *homo sacer*, que é o indivíduo reduzido à “vida nua” – segundo Hannah Arendt (1993), a vida de quem é desprovido do “direito a ter direitos”, situado à margem da cidadania. O *homo sacer* é o indivíduo que qualquer um pode matar impunemente, uma vida sujeita a um poder de morte, exposta ao abandono (AGAMBEN, 2002). É o ser humano reduzido a mero ser vivente, desprovido de qualquer tipo de proteção (SERRANO, 2016, p. 20).

⁶ Auto de resistência, ou resistência seguida de morte, são nomes atribuídos à morte provocada por ação policial que é atribuída a uma situação em que a vítima teria resistido e o policial teria agido em legítima defesa – o que leva à presunção da inocência do policial ou dos policiais envolvido(s).

⁷ Esse tipo de política pode ser verificado no programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 (vide página 32 do documento disponível em https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf; acesso em 08 de julho de 2019), que apresentou diretrizes de segurança pública como: “Reformular o Estatuto do Desarmamento para garantir o direito do cidadão à LEGÍTIMA DEFESA [grifo do texto]”; “Policiais precisam ter certeza que, no exercício de sua atividade profissional, serão protegidos por uma retaguarda jurídica. Garantida pelo Estado, através do excludente de ilicitude”; “Redirecionamento da política de direitos humanos, priorizando a defesa das vítimas da violência”.

A filósofa Judith Butler (2018) nos apresenta o conceito de “vida precária”: a condição de certas vidas que sequer são qualificadas como vidas – e, portanto, não podem ser consideradas lesadas ou perdidas e não são passíveis de luto. É o caso, ressalta, das vidas negras, que são apartadas do universo dos direitos em função do racismo, originado na escravidão, modo de dominação em que um ser humano é propriedade de outro. E esse ser, o escravo, não é reconhecido como uma vida, mas sim como propriedade de seu senhor, submetido à vontade deste.

Estado de exceção fundado na figura de um inimigo público, vidas precárias e matáveis num contexto de proliferação do medo são questões presentes no debate sobre a segurança pública no Brasil: controvérsia que tem, de um lado, um posicionamento, assumido pelos movimentos por direitos de cidadania, que se vale de uma ampla gama de informações para afirmar que há uma situação de desigualdade racial expressa de forma dramática no âmbito da violência letal contra jovens negros no país. Sob essa ótica, a juventude negra seria muito mais vítima do que causa da violência homicida. De outro lado, estão a cena midiática e a disseminação da sensação do “risco virtual”, que levam a um entendimento oposto: o jovem negro seria o potencial criminoso homicida, que ameaçaria a todos, e seria preciso uma ação cada vez mais militarizada da polícia para proteger a sociedade dessa ameaça.

Pesquisas recentes de opinião pública indicam a percepção generalizada de que o Brasil é um país inseguro, em função da ação de criminosos, e que o embrutecimento da repressão policial seria a resposta necessária. Com base nos resultados de dois de seus estudos recentes (de 2017) – o levantamento “Índice FBSP/Datafolha de Efetividade das Políticas de Segurança Pública” e a pesquisa “Medo da Violência e o Apoio ao Autoritarismo no Brasil: Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias” –, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o instituto de pesquisa Datafolha correlacionam medo da violência e o apoio a medidas autoritárias para o enfrentamento ao problema. A pesquisa aponta que hoje, numa escala de zero a dez, a sociedade brasileira atinge o índice de 8,1 na propensão a endossar posições autoritárias, e que o medo da violência prevalece como o principal fator a motivar tal propensão.

Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do FBSP, ao analisar os resultados das pesquisas do Fórum, indica que a ideia de que vivemos numa “terra devastada” favorece a exploração de supostas saídas salvacionistas. Para ele, “estamos sob ataque de grupos que professam sua fé na violência como forma de governar e de, paradoxalmente, pacificar a sociedade, em uma espécie de vendeta moral e política que parece cada vez mais ganhar adeptos”⁸.

4. Mães e jovens enfrentam o genocídio

Silva, Santos e Ramos (2018), num estudo que aborda o fenômeno das chacinas nas periferias brasileiras⁹, afirmam que, desde os anos 1990, têm surgido no país movimentos de mães e de

⁸ *TENDÊNCIA para o autoritarismo é alta no Brasil, diz estudo*. FOLHA DE SÃO PAULO, 06 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1924781-tendencia-para-o-autoritarismo-e-alta-no-brasil-diz-estudo.shtml>. Acesso em 15 de junho de 2018.

⁹ As chacinas urbanas são uma expressão radical do problema da violência no país. Perpetradas por milícias, forças policiais e facções criminosas, elas vêm marcando a vida das periferias desde os anos 1990 como rituais de execução de pessoas, relacionados às disputas entre tais grupos, que mantêm as populações num clima de medo e temor e, assim, funcionam como mecanismos de afirmação de poder e autoridade.

familiares das vítimas de tais chacinas. Para tais autores, esses movimentos reconfiguraram o campo de luta contra a violência no país, tradicionalmente protagonizado por organizações do terceiro setor e por intelectuais de classe média e alta.

Com o surgimento desses movimentos, protagonizados sobretudo pelas mães das vítimas, a luta por uma segurança pública cidadã, nos anos 1990, passou a também ser vocalizada diretamente pelas pessoas que viviam cotidianamente as violações de direitos. Na década seguinte, as juventudes periféricas se juntariam a essa mobilização do tipo “nós por nós”¹⁰.

4.1. “Luto para nós sempre foi verbo”

No ano de 1990, nascia o coletivo Mães de Acari, constituído pelas mães das vítimas da Chacina de Acari, que envolveu o sequestro e o assassinato de 11 adolescentes e jovens da favela de Acari, no Rio de Janeiro, por ação de um grupo que homens que se identificaram como policiais. Quinze anos depois, uma nova chacina mobilizaria as mulheres no Estado do Rio de Janeiro: a “Chacina da Baixada”, ocorrida em 31/03/2005, na qual policiais militares vitimaram aleatoriamente 29 pessoas em Nova Iguaçu e Queimados. Em reação a ela, surgiu, naquele mesmo ano, a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado na Baixada Fluminense. Dar visibilidade ao luto e exigir justiça são dois pilares das lutas desses dois movimentos.

Com o mesmo intuito foi criado, em 2006, o movimento Mães de Maio, constituído por mães e familiares de pessoas que foram assassinadas em maio de 2006, num massacre que vitimou mais de 500 pessoas na Baixada Santista (São Paulo), em um episódio de confronto entre a facção Primeiro Comando da Capital (PCC) e grupos ligados às forças de segurança do Estado.

Na região metropolitana de Belo Horizonte (MG), mulheres também se uniram o enfrentamento às violências e homicídios que vitimam as juventudes negras e pobres. Formaram a rede Mães de Luto e Luta, que reúne coletivos comunitários que desde 2018 vêm se articulando para ações conjuntas. O grupo conta com o apoio das Mães de Maio e da Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado na Baixada Fluminense.

Há grupos de mães mobilizadas pelo enfrentamento a violações de direitos e assassinatos de seus filhos em vários outros locais no Brasil. Há, ainda, uma rede que os articula: a Rede Nacional de Mães, Familiares e Amigas de Vítimas da Violência do Estado. Ela reúne grupos de mães dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Ceará, Pará e Amazonas.

¹⁰ Essa expressão integra o refrão do funk “Quilombo, Favela e Rua”, de Mano Teko, muito cantado em eventos de mobilização social realizados pelas duas redes abordadas no artigo. O refrão completo é: “Punhos cortando o ar. Nós não somos minoria. Hoje o quilombo vem dizer, a rua vem dizer, favela vem dizer que é nós por nós”.

Desde 2016, a Rede Nacional promove anualmente o Encontro Internacional das Mães de Vítimas da Violência do Estado, em que coletivos do Brasil e de outros países se reúnem para pensar ações conjuntas e para dar visibilidade à causa que os une.

Na Carta produzida pelas participantes do 1º Encontro, ocorrido em São Paulo, no ano de 2016, as ativistas assim caracterizam o seu movimento:

LUTO para nós sempre foi verbo e substantivo, desde que nós nascemos. Nós lutamos desde sempre, desde muito antes, e nunca deixaremos de encarar de frente os inúmeros lutos cotidianos que sempre nos foram impostos com muita violência.

[Lembrem-se: Nós somos Mães. Todos vocês têm Mães. Nós não combinamos com Morte. Nós somos Vida.]

Atualmente, no Brasil, são assassinadas mais de 60.000 PESSOAS – DE CARNE, OSSO E MUITAS HISTÓRIAS – POR ANO, sendo a enorme maioria de jovens negros moradores das periferias¹¹.

Além do trabalho diário de cobrar do Estado a apuração dos assassinatos e a punição dos envolvidos, esses coletivos realizam encontros de articulação, passeatas, vigílias, rodas de conversa em todo o país, além de eventos e campanhas temáticas. Nos aniversários das chacinas e nos julgamentos relacionados aos casos, as integrantes se juntam para fazer pressão por justiça e para prestar apoio mútuo.

Elas trabalham ainda pela criação de leis que instituem a Semana Estadual de Luta das Mães e Familiares de Vítimas da Violência do Estado, já vigente no Rio de Janeiro e em São Paulo, no período de 12 a 19 de maio.

A luta dessas mulheres vem ganhando cada vez mais visibilidade na década atual: tem sido registrada e discutida em documentários independentes¹², em publicações especializadas em direitos humanos¹³, além de ser abordada por diversos artistas e movimentos de arte e cultura¹⁴.

4.2. Juventudes contra o genocídio

Regina Novaes (2015), uma das principais estudiosas dos movimentos juvenis brasileiros, aponta que a denúncia do genocídio da juventude negra vem sendo tematizada por tais movimentos desde o início dos anos 2000 e que essa mobilização cresceu até se tornar a principal pauta dos movimentos por direitos juvenis brasileiros na atualidade.

¹¹ Extraído de: <https://www.facebook.com/maes.demaio/photos/i-encontro-internacional-de-m%C3%A3es-e-familiares-de-v%C3%ADtimas-do-estado-democr%C3%A1tico/78241093527942/>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

¹² Só em 2018, foram três produções de fôlego: “Nossos Mortos Têm Voz”, documentário dirigido por Fernando Souza e Gabriel Barbosa e realizado pela Quiprocó Filmes, que tem sido amplamente divulgado em festivais e eventos de direitos humanos no Brasil e em outros países; “Luto para nós é verbo”, vídeo de Natasha Neri, Juliana Farias, Karla da Costa e Renato Martins lançado na Sur Revista Internacional de Direitos Humanos de dezembro de 2018 (disponível em <https://sur.conectas.org/luto-para-nos-sempre-foi-verbo/>; acesso em 01 de junho de 2019); e o filme Autos de Resistência, de Natasha Neri e Juliana Farias, que aborda a mobilização das mães a partir do viés da problemática da violência policial – documentário que também contou com ampla circulação e reconhecimento internacional.

¹³ Como dossiês publicados pelo Geledés Instituto da Mulher Negra, pela agência Alma Preta e pela Sur Revista Internacional de Direitos Humanos e reportagens aprofundadas já publicadas por veículos como El País, Le Monde Diplomatique e Deutsche Welle.

¹⁴ Um exemplo muito conhecido são a música e o clipe “Chapa”, de Emicida (2016), que aborda o movimento das Mães de Maio e teve mais de 760 mil visualizações no Youtube (disponível em <https://youtu.be/qjFQA9MswkM>; acesso em 01 de junho de 2019).

Em maio de 2005, na cidade de Salvador (Bahia), grupos juvenis ligados ao movimento negro encabeçavam o lançamento do movimento Reaja ou será Mort@, que definiram como o início do Movimento Nacional contra o Genocídio do Povo Negro no Brasil.

Em 2007, uma mobilização nacional efetiva em torno da causa já se evidenciava. Naquele ano, o Fórum Nacional da Juventude Negra – FONAJUNE lançou a campanha “Contra o Genocídio da Juventude Negra”, multiplicada por coletivos de inúmeros estados do país. Já em 2008, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, e das 22 prioridades eleitas naquela Conferência, a mais votada foi a indicada pela juventude negra, que tratava justamente dos homicídios de jovens negros.”¹⁵

Além disso, desde 2005, todos os anos, movimentos de jovens das diversas regiões do país participam das marchas contra o genocídio do povo negro e das marchas da consciência negra, chamando a atenção para as violações de direitos e o assassinato em massa de jovens negros e periféricos. Além disso, ações em espaços públicos e campanhas que aliam arte, intervenção urbana e comunicação são realizadas cotidianamente pelos movimentos juvenis brasileiros para afirmar que há um genocídio e que tal genocídio tem que ser enfrentado por toda a sociedade. Vale pontuar que as campanhas têm sido promovidas por um amplo leque de grupos e entidades: de coletivos pequenos e informais a organizações de grande porte, como a ONU Brasil e a Anistia Internacional.

Audiências públicas nas câmaras municipais e assembleias legislativas sobre o genocídio também têm sido pautadas pelos movimentos de juventude em variadas localidades do Brasil. Além disso, em 2017, a coalizão nacional Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FOPIR)¹⁶ protocolou junto à Organização das Nações Unidas (ONU) a petição “Denúncia Internacional do Genocídio da Juventude Negra como Política Pública do Estado Brasileiro”.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Fórum das Juventudes da Grande BH (coalizão de coletivos, grupos e entidades constituída em 2004 para a defesa dos direitos juvenis) lançou, em 2012, uma ampla campanha de mobilização social, denominada “Juventudes contra Violência”. Calcada em intervenções artísticas coletivas em espaços públicos, peças de comunicação, manifestações junto ao poder público, tal campanha deu destaque à denúncia do

¹⁵ A VIOLÊNCIA *contra jovens negros no Brasil*. CARTA CAPITAL, 15 de agosto de 2012. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-violencia-contra-jovens-negros-no-brasil>>. Acesso em 15 de junho de 2018.

¹⁶ Criado em 2016, o FOPIR reúne quatorze organizações da sociedade civil que atuam no enfrentamento ao racismo no Brasil, quais sejam: Anistia Internacional Brasil; Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB); Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN); Baobá - Fundo para Equidade Racial (Fundo Baobá); Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT); Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Rio de Janeiro (COJIRA-RJ); Geledés - Instituto da Mulher Negra; Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO); Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laeser/UFRJ); Observatório de Favelas; Odara - Instituto da Mulher Negra; Redes de Desenvolvimento da Maré (Redes da Maré).

genocídio da juventude negra. Além disso, o tema está presente numa agenda anual de ações de sensibilização, mobilização cultural e formação política de jovens das periferias denominada “Juventude Okupa a Cidade”, em curso desde 2011. Em 2019, o enfrentamento ao genocídio da juventude negra é tema das principais ações deste fórum.

5. Vidas jovens negras importam: horizonte ético

Para demonstrar que uma causa social é de interesse público, é preciso apresentar um horizonte normativo – uma proposição de algo que seria “o correto a se fazer” ou o “eticamente necessário”. É o que Toro e Werneck (1997) e Henriques (2004) chamam do “horizonte ético” dos processos de mobilização social.

O horizonte ético do enfrentamento ao genocídio da juventude negra se condensa na expressão “vidas jovens negras importam”, frase que está intimamente ligada ao movimento ativista internacional Black Lives Matter¹⁷ e se faz presente em manifestações, marchas, manifestos e campanhas que se multiplicam pelo país, sobretudo desde os anos 2000.

Há uma controvérsia em torno dessa afirmação, que faz questão de enfatizar a importância das vidas negras. Muitos consideram-na uma distinção que não deveria ser feita – afinal, “todas as vidas importam”. Judith Butler (2015), ao discorrer sobre o que há errado com essa expressão – “todas as vidas importam” – defende que afirmar que “vidas negras importam” é essencial porque declara algo elementar, mas que ainda não foi realizado historicamente. Segundo a autora, trata-se de uma demanda por igualdade, num contexto de profundas desigualdades. Ela destaca que

“é verdade que todas as vidas importam, mas é igualmente verdade que nem todas as vidas são entendidas como tal, e é precisamente por isso que é mais importante nomear as vidas que não importaram, e estão lutando para importar da maneira que merecem (...) Afinal, os negros ainda não foram incluídos na idéia de ‘todas as vidas’”.

Nessa perspectiva, a afirmação do valor da vida da juventude negra e periférica é o horizonte ético da causa que aproxima as mães, os familiares das vítimas da violência letal e as juventudes.

6. Modos de afirmar o valor das vidas

Como indicado no início do artigo, na pesquisa “Gritar e chorar em público pelo valor da vida jovem: a mobilização social frente ao desafio de coletivizar a dor”, demos início à análise das interações comunicativas e dos processos de comunicação para a mobilização social de duas redes

¹⁷ Segundo o site do movimento (<https://blacklivesmatter.com/>), o Black Lives Matter nasceu nos Estados Unidos, em 2013, para denunciar que, em todo o mundo, “vidas negras são sistematicamente e intencionalmente alvo de morte” e para afirmar a humanidade dos negros, as contribuições do povo negro à sociedade e a capacidade de resistência de tal povo à opressão mortal.

voltadas ao enfrentamento ao genocídio da juventude negra: “Mães de Luto e Luta”, de mulheres da RMBH; e o Fórum das Juventudes da Grande BH.

A partir da observação dos eventos de mobilização social realizados pelas mulheres e pelos jovens que integram tais redes ao longo de 2019, da análise de diversos registros, documentos e peças de comunicação produzidos pelas duas redes e de elementos levantados em entrevistas preliminares com integrantes das mesmas, pudemos perceber que um aspecto decisivo do processo de mobilização que elas empreendem é a abertura de espaços de fala e de interlocução entre as próprias mulheres e entre os próprios jovens. A perspectiva é de expressar e compartilhar a dor, de dar vazão à angústia e encontrar um sentido em comum para essa dor: de coletivizar, entre pares, a experiência de sofrimento.

Falar da dor, “politizar as mortes e as perdas”, compreender como elas se atrelam a um quadro ampliado de injustiças e violências e estar junto de outras mulheres, dando um sentido maior ao sofrimento, são as motivações principais indicadas pelas mulheres da rede Mães de Luto e Luta. Várias das ativistas narram que não tinham uma percepção da real situação da violência nas periferias, que eram simplesmente mães, donas de casa e trabalhadoras. E que a perspectiva de uma luta por direitos veio junto com a busca por justiça e por respeito à memória dos familiares perdidos – e no encontro com outras mulheres, mobilizadas pela mesma busca.

Um sentido semelhante é apontado pelos jovens que integram as inúmeras ações de formação e multiplicação realizadas pelo Fórum das Juventudes. Como já indicamos, desde 2011, tal movimento promove campanhas, formações, atos políticos de denúncia às violências sofridas pelas juventudes negras e periféricas. “Juventudes contra o Genocídio”, a principal campanha de mobilização social dessa rede em 2019, dirige o foco a intervenções culturais e rodas de conversa e formação com jovens de variadas periferias da RMBH. O entendimento de que violências cotidianas e perdas dramáticas de pessoas próximas são problemas sociais e que é possível se juntar a outros jovens para falar disso e buscar saídas está entre as motivações mais mencionadas pelos jovens para a participação nas ações de tal campanha.

Outro aspecto que buscamos analisar nas duas redes investigadas é o movimento incremental de coletivização da causa – a ação expansiva contínua de afirmar, para outros públicos, que ela é de interesse público e merece ser objeto de mobilização da sociedade. O que envolve, como já dissemos, esforços voltados à construção de condições de publicidade para a mesma.

Caldeira (2017), ao discutir o tema das condições de publicidade, assinala três condições vitais: acessibilidade, disponibilidade e generalidade. A primeira diz respeito à possibilidade de o

público ter acesso a dados primários relacionados à questão que se quer fazer visível – dados básicos acerca do fato em questão, tais como onde, quando e com quem ele ocorre, e ainda em que circunstâncias.

O segundo fator – disponibilidade – tem a ver com a disponibilização, para uso público, de um acervo de informações qualificadas sobre o objeto que se quer publicizar. Já a generalidade está relacionada à construção discursiva que se dá com vistas a caracterizar o problema de determinado modo e a apresentá-lo como uma questão que tem um caráter de público, que afeta uma coletividade.

No contexto de mobilização aqui analisado, a acessibilidade e a disponibilidade são condições asseguradas. Um amplo conjunto de informações e estudos sobre o assassinato em massa de jovens negros pobres está disponível. Pesquisas e análises que cruzam as variáveis raça, gênero e idade no traçado do perfil das vítimas de violência letal no Brasil vêm sendo compilados e divulgados, desde de 1998, por publicações como o Mapa da Violência (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Flacso Brasil, 1998 – 2016), o Atlas da Violência (FSB e IPEA, desde 2016), o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (publicação de 2015 do FBSP e Datafolha), os Anuários Brasileiros de Segurança Pública (FBSP, desde 2007). Os dados dessas publicações, geralmente, reverberam como pautas na grande mídia quando de seu lançamento, e circulam amplamente nas mídias produzidas pelos movimentos sociais brasileiros.

Contudo, avançar numa construção discursiva, de ampla circulação, que assegure a condição de generalidade da causa do valor das vidas jovens negras e da necessidade de estancar o genocídio ainda é um grande desafio. Conforme discutimos em seção anterior do artigo, o mecanismo de simplificação moral da vítima virtual tem alimentado discursos e mobilizações que, ao contrário, negam o valor de tais vidas.

Como enfrentar o desafio da construção da generalidade? Yang (2007, p. 1389) defende que é preciso atentar para a dinâmica emocional dos processos de mobilização. Para o autor, ativistas e oponentes de determinada causa trabalham no âmbito da emoção: ativistas buscam construir solidariedade emocional e senso de identidade coletiva, enquanto os oponentes contrapõem medo e desconfiança. Assim, “as emoções não só influenciam várias fases de um movimento social, eles também são as próprias apostas de luta” (idem).

Nossas primeiras análises indicam que a busca por solidariedade emocional está no cerne da atuação das duas redes pesquisadas. Um aspecto, relacionado a tal busca, que tem chamado nossa atenção nas ações de comunicação de tais redes é a construção dramática da dor. Os jovens

evocam a dor do genocídio em performances que soam como gritos de revolta: em intervenções poéticas, cênicas e musicais que escancaram e questionam preconceitos e a indiferença de transeuntes de espaços públicos, em intervenções visuais na cidade que chamam a atenção para o massacre e o apagamento das vidas (por exemplo, ao espalhar, em praças, espaços legislativos e do poder público, cartazes gigantescos com vultos de jovens ausentes, ou enormes réplicas de cédulas de identidades nas quais rostos juvenis aparecem desfigurados).

Já as mulheres, para desnaturalizar cada morte injusta e assinalar o caráter trágico de tal morte, constroem uma dramaturgia da dor em que colocam em evidência seu luto e o pranto associado a tal luto. Promovem vigílias nos espaços públicos que são palco de assassinatos e chacinas e, nos mais diversos eventos, se apresentam com blusas com fotos dos filhos ou parentes mortos. Nos espaços em que realizam ações; instalam faixas, livros, fotos e informações sobre os jovens assassinados, além de depositar flores brancas. Em seus atos públicos, gritam o nome de cada vítima, seguido da resposta coletiva: “Presente”. De punhos erguidos, repetem o lema: “Nossos mortos têm voz! Nossos filhos têm voz! Nossos filhos têm mãe!”.

Além disso, nos eventos, ações e peças de comunicação, diante de fotos de seus filhos, falam de como era o cotidiano de convivência com eles, de como foram violentadas pelos assassinatos dos mesmos e da doída falta que sentem. Trazem elementos da vida em comum com as pessoas que lhes foram tiradas, e destacam o sofrimento dilacerante da perda.

Para Judith Butler, as manifestações de luto público em relação às pessoas cujas vidas foram interrompidas injustamente, foram brutalmente extintas, são de grande importância. Para ela, esse luto é um ato político: quando as vidas são consideradas sem valor, é preciso se contrapor ao discurso que as desqualifica, “insistindo no que deveria ser óbvio, mas não é: que a perda dessas vidas é inaceitável” (2015). A filósofa também acredita que, como muitos dos atos de violência letal ocorrem nos espaços públicos, reivindicar o espaço público para se opor ao racismo e à violência é um ato potente.

Mesmo em tempos de retrocessos nos debates e nas políticas de segurança pública, e de escassa esperança de mudanças estruturais, as redes de mães e de jovens seguem com sua aposta em levar aos espaços públicos narrativas de sofrimento extremo e de morte, para paradoxalmente evocar nas pessoas o sentido do humano e a ética de que vidas negras contam como as demais vidas, não podem ser “mátáveis”. Buscam, talvez, criar narrativas que sejam mais contundentes que o medo. É o que assinalou de Débora Maria da Silva, líder do Mães de Maio, na marcha nacional de mães realizada em 2018, na qual pudemos ouvi-la gritar: “Não podemos ter medo da bala, não podemos

ter medo do açoite. Eles não vão viver alimentados do nosso medo. Temos que lembrar dos mortos. Esse é o dever dos vivos”¹⁸.

7. Considerações finais

Nossas investigações preliminares indicam que a mobilização social pelo enfrentamento ao genocídio da juventude negra passa por diferentes movimentos em torno da coletivização da dor. Coletivização que, em sua dimensão de partilha entre pessoas que vivenciam sofrimentos semelhantes, tem possibilitado que inúmeras mulheres e jovens, na interlocução com os sujeitos das redes de mobilização das quais participam, atribuam valor e sentido às suas próprias vidas, muitas vezes atravessadas por violências extremas. Essa significação das próprias existências parece estar ligada à possibilidade de contar espaços de expressão das angústias; à ampliação da compreensão dos contextos enfrentados, identificando questões como violências e violações de direitos; à possibilidade de discutir tais questões; finalmente, ao fato de contar com parceiros/as para buscar meios de expressar publicamente o descontentamento com as situações de injustiça e violência.

Temos indícios, ainda, de que a expansão da mobilização social promovida por tais redes é extremamente desafiadora e tem sido percebida pelas mulheres e pelos jovens como um desafio cujo cerne não é a disseminação de informações, mas a construção de narrativas que gerem comoção – de modo que, mais uma vez, colocar a dor em evidência parece ser essencial.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária 1993.

BRASIL / Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. **Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2015.

BUTLER, Judith (entrevista a George Yancy). **What’s Wrong With ‘All Lives Matter’?**. The New York Times, 12 de janeiro de 2015. Disponível em: https://opinionator.blogs.nytimes.com/2015/01/12/whats-wrong-with-all-lives-matter/?_r=0. Acesso em 10 de agosto de 2018.

_____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, 4ª ed.

CALDEIRA, Jéssica Antunes. **Condições de publicidade em processos de accountability: uma análise a partir da Comforça de Venda Nova**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017. Dissertação de Mestrado.

¹⁸ Extraído do documentário “Luto para nós é verbo”, produzido por Natasha Neri, Juliana Farias, Karla da Costa e Renato Martins. Disponível em <https://sur.conectas.org/luto-para-nos-sempre-foi-verbo/>. Acesso em 01 de junho de 2019.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 24, v. 2, p. 40-52, 2003.

IPEA. **Atlas da Violência 2018**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

_____. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA e DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. **Índice de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Datafolha Instituto de Pesquisas, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

HENRIQUES, Márcio S. (org.) **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

_____. A comunicação e a condição pública dos processos de mobilização social. In: **Revista Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**. Universidade Federal do Paraná, V.2, n.º 1, 2012, [s.p.].

_____. Promoção do interesse e projeção da experiência: a formação dos públicos na interação com as organizações. In: FRANÇA, Vera R. V.; SIMÕES, Paula G. (orgs). **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

NOVAES, Regina. Juventudes urbanas: o que podemos fazer juntos?. In: LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL **Dossiê Juventudes e Desigualdades no Urbano**. São Paulo: Palavra Livre / Instituto Polis, 2015.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

SERRANO, Pedro Estevão Alves Pinto. **Autoritarismo e golpes na América Latina: breve ensaio sobre jurisdição e exceção**. São Paulo: Alameda, 2016.

SILVA, Uvanderson Vitor; SANTOS, Jaqueline Lima e RAMOS, Paulo César. **Chacinas e a politização das mortes no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

TORO, José Bernardo e WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

VAZ, Paulo e PEREIRA, P. B. O sentido das UPPs: a cobertura de O Globo e as políticas de segurança pública. **E-Compós** (Brasília), v. 19, p. 1-16, 2016.

VAZ, Paulo; CARDOSO, Janine; FELIX, Carla Baiense. Risco, sofrimento e vítima virtual: a política do medo nas narrativas jornalísticas contemporâneas. In: **Revista Contracampo**, n. 25, dez de 2012. Niterói: Contracampo, 2012.

YANG, Guobim. Emotions and social movements. In: RITZER, George. **The Blackwell Encyclopedia of Sociology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, vol. 3, p. 1389-1392.